



# Fundação Faculdade de Medicina (FFM) Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (ICESP) - Contrato de Gestão nº 01/2022

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Balço patrimonial 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
Ativo	Notas	2025	2024
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	180.642	174.815
Contas a receber	5	27.897	23.771
Estoques	6	37.139	36.929
Despesas antecipadas	-	566	530
Outros créditos e contas a receber	-	1.662	1.636
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>247.906</b>	<b>237.681</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Depósitos recursais trabalhistas	-	667	418
Despesas antecipadas	-	77	128
Imobilizado	7	39.539	29.419
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>40.283</b>	<b>29.965</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>288.189</b>	<b>267.646</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	8	25.502	23.785
Serviços de terceiros	9	15.476	12.812
Obrigações sociais e trabalhistas	10	72.373	66.706
Obrigações fiscais	-	12.120	11.411
Receitas diferidas	11	46.694	49.149
Partes Relacionadas	12	3.384	3.812
Outras contas a pagar	-	7.019	2.054
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>182.568</b>	<b>169.729</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Receitas diferidas	11	9.595	7.732
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	13	2.411	2.324
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>12.006</b>	<b>10.056</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	14		
Patrimônio Social		93.615	87.861
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>288.189</b>	<b>267.646</b>

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	Notas	2025	2024 (Reapresentado)
<b>Receitas operacionais</b>			
Contrato de Gestão nº 01/2022	15	802.167	794.856
Estudos clínicos	16	30.996	25.667
Repasse de medicamentos oncológicos - Ministério da Saúde	17	19.021	22.290
Doações e patrocínios	18	11.073	13.591
Trabalho voluntário	26	3.583	2.821
Outras receitas	-	5.492	6.381
<b>Total de receitas</b>		<b>872.332</b>	<b>865.606</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Pessoal	19	(499.285)	(461.211)
Materiais para consumo	20	(206.013)	(204.668)
Serviços profissionais	21	(100.612)	(93.695)
Repasse para o HCFMUSP	-	(18.847)	(12.161)
Depreciações e amortizações	7	(6.968)	(6.526)
Trabalho voluntário	26	(3.583)	(2.821)
Outras despesas	-	(51.453)	(49.027)
<b>Total das despesas</b>		<b>(886.761)</b>	<b>(830.109)</b>
<b>(=) Déficit Superavit antes do resultado financeiro</b>		<b>(14.429)</b>	<b>35.497</b>
Receitas financeiras		20.352	14.201
Despesas financeiras		(169)	(2)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	22	<b>20.183</b>	<b>14.199</b>
<b>(=) Superavit do exercício</b>		<b>5.754</b>	<b>49.696</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)</b>			
		<b>2025</b>	<b>2024</b>
Superavit do exercício		5.754	49.696
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>5.754</b>	<b>49.696</b>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	Patrimônio Social	Superavit do Exercício	Total
	<b>38.165</b>		<b>38.165</b>
Superavit do exercício - 2024	-	49.696	49.696
Transferência de Superavit	49.696	(49.696)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>87.861</b>		<b>87.861</b>
Superavit do exercício - 2025	-	5.754	5.754
Transferência de Superavit	5.754	(5.754)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>93.615</b>		<b>93.615</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)</b>			
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Superavit do exercício	5.754	49.696	
<b>Itens que não afetam o caixa operacional</b>			
Depreciações e amortizações	6.968	6.526	
Valor residual de baixa de imobilizado e intangível	525	10.252	
Perdas nas contas a receber	9.252	160	
Provisões para riscos fiscais e cíveis	1.622	2.619	
<b>Aumento/(redução) das contas de ativo</b>			
Contas a receber	(13.377)	(18.807)	
Estoques	(26)	(9.705)	
Despesas antecipadas	(210)	46	
Outras contas a receber	15	(27)	
Depósitos recursais trabalhistas	(249)	20	
<b>Aumento/(redução) das contas de passivo</b>			
Fornecedores	1.717	2.605	
Serviços de terceiros	2.664	(823)	
Obrigações sociais e trabalhistas	5.667	3.962	
Obrigações fiscais	709	824	
Receitas diferidas	(593)	11.747	
Pagamento de contingências para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.535)	(2.702)	
Outras contas a pagar	4.964	(4.417)	
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>23.867</b>	<b>51.976</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado e intangível	(17.613)	(5.993)	
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(17.613)</b>	<b>(5.993)</b>	
<b>Fluxo de atividades de financiamento</b>			
Partes relacionadas com FFM Matriz	(427)	3.479	
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>(427)</b>	<b>3.479</b>	
<b>Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>5.827</b>	<b>49.462</b>	
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	174.815	125.353	
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	180.642	174.815	
<b>Varição líquida do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>5.827</b>	<b>49.462</b>	

## Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** Inaugurado em maio de 2008, o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (Instituto ou ICESP), situado na Av. Dr. Arnaldo, 251, Jardim América, São Paulo - SP, é uma unidade hospitalar de grande porte especializada em oncologia e dedicada ao atendimento de pacientes da rede pública de saúde (Sistema Único de Saúde - SUS). O Instituto é parte integrante do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP). A Fundação Faculdade de Medicina (Fundação ou FFM), com sede na Av. Rebouças, nº 381, Jardim Paulista, São Paulo - SP, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e qualificada como Organização Social. A operacionalização dos serviços de saúde do ICESP foi promovida pela FFM até 29 de janeiro de 2022 por meio do Contrato de Gestão nº 01/2017, celebrado entre o HCFMUSP e a FFM em 30 de janeiro de 2017, com vigência de 5 anos. Em 30 de janeiro de 2022 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 01/2022, também entre a FFM e o HCFMUSP, visando a continuidade da operacionalização do Instituto pela Fundação por um novo período de 5 anos. Estas demonstrações contábeis compreendem exclusivamente as operações desse contrato.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis e base de preparação:**

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2002 (R1) - "Entidade sem Finalidade de Lucros". As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Fundação em 18 de março de 2026 e serão submetidas à apreciação do Conselho Fiscal e do Conselho Curador da FFM em reuniões a serem realizadas em datas posteriores.

**2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

**2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto e a sua moeda de apresentação.

**2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações, incluindo os efeitos de estimativas com relação à recuperação de ativos, provisões necessárias para passivos contingentes e similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às tais estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais provisões registradas pela Fundação no contrato do ICESP são: • Vida útil estimada e *impairment* do imobilizado e intangível; A Administração, revisa no mínimo anualmente as taxas de vida útil e realiza a análise do *impairment* destes ativos. • Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis; A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, conforme nota explicativa 13. • Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD); As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e com glosas foram constituídas em bases consideradas suficientes para a cobertura de eventuais prejuízos na realização dos valores a receber, conforme demonstrado na nota explicativa 5. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis que não tenham sido analisados e se necessário reconhecidos.

**2.5. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

**2.6. Escopo das demonstrações contábeis:** Estas demonstrações contábeis referem-se exclusivamente ao Contrato de Gestão nº 01/2022, celebrado em 30 de janeiro de 2022 entre o HCFMUSP e a FFM, com prazo de vigência de 5 anos.

**2.7. Demonstrações contábeis da Fundação e do Instituto:** As demonstrações contábeis do Contrato de Gestão nº 01/2022, além de apresentadas individualmente, são também incorporadas nas demonstrações contábeis da FFM, por ser a entidade jurídica responsável pela operacionalização do Instituto. Para esse efeito, sofrem as adaptações necessárias visando a aderência às políticas contábeis adotadas pela FFM para contratos de gestão, convênios, termos de cooperação e instrumentos similares, a saber: • Ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados nas suas respectivas rubricas, sendo eliminadas, se houver, transações com partes relacionadas; • O patrimônio líquido do ICESP é registrado diretamente no passivo circulante da FFM como saldo de projetos em execução; • Os bens patrimoniais do ICESP são registrados em contas de compensação e não são demonstrados no ativo da FFM. As tabelas a seguir demonstram a conciliação do patrimônio líquido do contrato de gestão em 31 de dezembro de 2025 e 2024, com o saldo de passivo contabilizado no balanço patrimonial da FFM, e entre o resultado do contrato frente a movimentação informada pela FFM:

	2025	2024
Patrimônio líquido conforme demonstrações contábeis individuais do Contrato de Gestão nº 01/2022:	93.617	87.861
Exclusão de itens contabilizados no balanço patrimonial individual do Instituto, mas não apresentados no relatório da FFM	-	-
(-) Imobilizado	(39.539)	(29.419)
(-) Intangível	-	-
<b>Saldo contabilizado no passivo da FFM na conta "saldo de projetos em execução"</b>	<b>54.078</b>	<b>58.442</b>

Conta	Receitas operacionais	Despesas operacionais	Transf. internas	Resultado financeiro líquido
Relatório individual	865.606	(830.109)	-	14.199
Depreciações e amortizações	-	6.526	-	6.526
Reversão de baixas do imobilizado	-	10.252	-	10.252
Transferências internas	-	13.383	(13.383)	-
<b>Total conforme relatório FFM 2024</b>	<b>865.606</b>	<b>(799.948)</b>	<b>(13.383)</b>	<b>14.199</b>
Relatório individual	872.332	(886.761)	-	20.183
Depreciações e amortizações	-	6.968	-	6.968
Reversão de baixas do imobilizado	-	525	-	525
Transferências internas	-	21.532	(21.532)	-
<b>Total conforme relatório FFM 2025</b>	<b>872.332</b>	<b>(857.736)</b>	<b>(21.532)</b>	<b>20.183</b>

**2.8. Reapresentação demonstração do resultado:** A Fundação está reapresentando suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, originalmente aprovadas pela administração em 11 de março de 2025, devido aos assuntos a seguir mencionados: A Fundação alterou a forma de apresentação dos recursos financeiros destinados ao ICESP, com a finalidade de demonstrar de forma mais clara o montante de despesas diretas pagas pela contratante com recursos do Tesouro. A alteração na abordagem das demonstrações contábeis visa demonstrar de forma mais clara o custo contratado pelo HCFMUSP (Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo) através do contrato de gestão do ICESP, principalmente de gastos com Energia Elétrica, Gás, Serviços de TI, medicamentos e reagentes. O ajuste realizado na demonstração do resultado não gera variação entre ativos e passivos, tampouco impacta o patrimônio líquido ou o efeito no resultado decorrente da reapresentação.

	31/12/2024	Ajustes	31/12/2024 (reapresentado)
Receitas operacionais			
Contrato de gestão nº 01/2022	767.485	27.371	794.856
Demais receitas	70.750	-	70.750
<b>Total das receitas</b>	<b>838.235</b>	<b>27.371</b>	<b>865.606</b>
Despesas operacionais			
Pessoal	(461.211)	-	(461.211)
Materiais para consumo	(187.953)	(16.715)	(204.668)
Serviços profissionais	(92.606)	(1.089)	(93.695)
Repasse ao HCFMUSP	(12.161)	-	(12.161)
Depreciações e amortizações	(6.526)	-	(6.526)
Outras despesas	(42.281)	(9.567)	(51.848)
<b>Total das despesas</b>	<b>(802.738)</b>	<b>(27.371)</b>	<b>(830.109)</b>
<b>(=) Superavit antes do resultado financeiro</b>	<b>35.497</b>	<b>-</b>	<b>35.497</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>14.199</b>	<b>-</b>	<b>14.199</b>
<b>(=) Superavit do exercício</b>	<b>49.696</b>	<b>-</b>	<b>49.696</b>

Os ajustes não geraram efeitos em outras peças das demonstrações contábeis.

**3. Políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes, a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

**3.1. Ativos circulante e não circulante:** Apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicáveis, as variações monetárias e os rendimentos auferidos.

**3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Representados fundamentalmente por saldos em contas bancárias e aplicações financeiras, constituídos de títulos de alta liquidez, e com riscos insignificantes de mudanças de valor. Os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

**3.3. Estoques:** Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. Periodicamente o estoque é reavaliado e se necessário, provisionado a resultado, itens identificados como obsoletos ou vencidos. Em 2025 e 2024 não foram identificados itens elegíveis a provisão.

**3.4. Ativo imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Em 2025 e 2024 não foram identificados indícios de *impairment*. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, respectivamente, que são os custos de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	Taxas de depreciação (%)	Taxas médias de depreciação (%)
Máquinas e equipamentos	10 a 20	11
Móveis e utensílios	10 a 25	15
Computadores	6 a 25	13

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**3.5. Instrumentos financeiros:**

**3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** A FFM reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A FFM tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo

valor justo por meio do resultado se a Fundação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Fundação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

**Recebíveis:** Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos. **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a FFM se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A FFM baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. O contrato de gestão tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, serviços de terceiros e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**3.5.2. Instrumentos financeiros derivativos:** A Fundação não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge, durante os exercícios de 2025 e 2024.

**3.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para a deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**3.7. Passivo circulante e não circulante:** Demonstrados pelos valores conhecidos, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. As faturas a pagar foram apuradas levando-se em consideração as férias proporcionais, por funcionário, acrescidas dos respectivos encargos sociais.

**3.8. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:** As provisões para riscos de perda provável em ações judiciais são reconhecidas quando a FFM tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança, com base nas estimativas efetuadas pela Administração e seus consultores jurídicos.

**3.9. Critérios de apuração das receitas e despesas:** A contabilização de receitas, custos e despesas é efetuada conforme seu período de competência. As receitas de subvenção são registradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1) Subvenções e assistências governamentais, que estabelece os critérios para contabilização e divulgação destes valores, sendo representado no ICESP basicamente por recursos do PRONON (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica).

**3.10. Patrimônio líquido:** Corresponde ao acervo líquido pertencente ao HCFMUSP em decorrência do Contrato de Gestão nº 01/2022, firmado com a FFM.

**3.11. Trabalho voluntário:** Os trabalhos voluntários são reconhecidos em conformidade com o estabelecido na NBC ITG 2002 (R1), sendo mensurados pelo valor justo estimado, reconhecidos contabilmente como se houvesse desembolso financeiro, levando-se em consideração os montantes que a instituição haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 26.

**3.12. Demonstração dos fluxos de caixa:** A administração da Entidade apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer variações nos ativos e passivos operacionais sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros relativos a itens reconhecidos no resultado, mas pertencentes às atividades de investimento ou de financiamento.

**3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025 ou subsequentemente:** Os novos requisitos, normas, alterações e interpretações que entraram em vigor para exercícios iniciados em 01º de janeiro de 2025, foram: • Alteração na CPC 02 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio: estabelece requisitos a mensuração e divulgação de transações em moedas estrangeiras, conversão de saldos e o impacto das flutuações nas taxas de câmbio nas demonstrações financeiras. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01º de janeiro de 2025, com possibilidade de adoção antecipada; Em relação às alterações supracitadas, a Fundação não identificou impactos significativos que viessem a alterar sua divulgação em se tratando de adoção e interpretação das normas.

**Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** Em relação aos requisitos, normas, alterações e interpretações que entraram em vigor para exercícios iniciados em 01º de janeiro de 2026, a expectativa de seus respectivos impactos são: • Alterações no CPC 48 e CPC 47 - Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros: devem ser classificados e mensurados os ativos e passivos financeiros; além de clarificar como as receitas relacionadas a esses instrumentos devem ser reconhecidas. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01º de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada. Melhoria anual. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01º de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada: i) CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro: As mudanças visam esclarecer questões relacionadas à primeira aplicação das

continua...



continuação...

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

normas, garantindo uma adoção mais fluida para as empresas; ii) CPC 40 - Instrumentos Financeiros: As emendas buscam melhorar as orientações sobre a divulgação de informações financeiras relacionadas a instrumentos financeiros, além de esclarecer a implementação de certos requisitos; iii) CPC 48 - Instrumentos Financeiros: As modificações visam corrigir inconsistências ou fornecer mais clareza sobre a aplicação de certas disposições desta norma, especialmente relacionadas à mensuração e classificação dos instrumentos financeiros; iv) CPC 36 - Demonstrações Consolidadas: As melhorias tratam de questões menores sobre a aplicação de controle e a determinação de quando uma entidade deve consolidar suas subsidiárias; v) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa: As alterações são feitas para melhorar a clareza nas orientações sobre a apresentação dos fluxos de caixa, especialmente em relação às atividades de financiamento e a classificação de certos fluxos. **CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras:** Nova norma que define nova estrutura para apresentação da Demonstração do resultado, com foco na divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração como parte das demonstrações contábeis e novos princípios de agregação e desagregação de saldos a fim de padronizar e facilitar a comparabilidade e confronto com outros demonstrativos. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 01º de janeiro de 2027, com possibilidade de adoção antecipada. A Fundação não adotou antecipadamente nenhuma norma e irá avaliar se as alterações geram necessidade de ajuste nas apresentações futuras. **Reforma tributária brasileira:** A Emenda Constitucional 132 introduziu profundas mudanças no sistema tributário nacional, com um período de transição longo, compreendido entre os anos de 2026 e 2032. A Fundação usufrui de isenção de impostos, conforme Nota Explicativa nº 27, mas reconhece a complexidade de mudanças e está comprometida em emendar todos os esforços necessários para assegurar sua plena adequação às disposições estabelecidas. Neste contexto, a administração monitora ativamente os desdobramentos da reforma tributária, avaliando potenciais impactos sobre a operação e os resultados financeiros da Fundação. Os impactos das novas regras tributárias somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** O saldo refere-se aos valores em 31 de dezembro de 2025 e 2024 mantido em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata, com risco insignificante de valor, demonstradas ao custo e acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

	2025	2024
Caixa	5	5
Bancos conta movimento	245	87
<b>Aplicações financeiras</b>		
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) (a)	118.991	91.800
Fundos de Investimento Renda Fixa CDI (b)	61.323	82.783
Poupança (c)	78	140
<b>Total</b>	<b>180.642</b>	<b>174.815</b>

(a) Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), emitidos por instituições financeiras no Brasil, com liquidez imediata, com mudança insignificante de valor. A remuneração aproximada em 2025 ficou entre 100% e 103,50% CDI (101% em 2024), da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). (b) Fundos abertos de investimento financeiro de renda fixa referenciados pela taxa CDI, com liquidez imediata, com mudança insignificante de valor. A remuneração aproximada observada em 2025 ficou em 13,77% (96,23% CDI) (95,73% em 2024). (c) Aplicações em poupança, com rentabilidade aproximada em 2025 de 8,26% aa (7,03% em 2024). **5. Contas a receber:** Correspondem a saldos a receber devidos pelo HCFMUSP em função dos valores pactuados no Contrato de Gestão nº 01/2022, além de recebíveis decorrentes de outras atividades do ICESP:

	2025	2024
<b>Contas a receber:</b>		
Contrato de gestão nº 01/2022(a)	22.162	18.027
Convênio FINEP no 01.23.0265.00	4.452	4.452
William Marsh Rice University	133	-
Contrato nº 107145 - Bristol Myers Squibb Foundation	-	398
Convênio transfergov.br no 949766	-	145
Outras Contas a receber	1.214	926
<b>Total</b>	<b>27.961</b>	<b>23.948</b>
<b>Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):</b>		
PECLD sobre Outras contas a receber	(64)	(177)
<b>Total</b>	<b>27.897</b>	<b>23.771</b>

(a) O saldo a receber em 31/12/2025 devido por força do contrato de gestão refere-se fundamentalmente a pagamento menor que o previsto em janeiro de 2025, recebido parcialmente em janeiro de 2026. Espera-se regularização desse saldo no decorrer do contrato, sendo que, em caso de não efetivação ou reavaliação, os valores pactuados são ajustados posteriormente entre as partes por meio de termos de retificação.

	2025	2024
<b>Abertura por vencimentos:</b>		
A vencer	5.399	5.157
Vencidos:		
Até 30 dias	345	1.558
De 31 a 60 dias	-	1.278
De 61 a 90 dias	19	1.304
De 9 a 180 dias	36	1.918
Acima de 180 dias	22.162	12.733
<b>Total</b>	<b>27.961</b>	<b>23.948</b>

A movimentação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa pode ser assim demonstrada:

	2024	Adições líquidas	Baixas	2025
PECLD	(177)	(90)	203	(64)
<b>Total</b>	<b>(177)</b>	<b>(90)</b>	<b>203</b>	<b>(64)</b>

Em 2025, foi reconhecida como perda do contrato de gestão a quantia de R\$ 9.338, referente ao desconto aplicado pelo HCFMUSP sobre despesas de folha de pagamento e serviços custeados com recursos do Tesouro. Tais despesas estavam relacionadas à transferência da gestão do ITACI. Após tratativas entre a Diretoria da Fundação, ICESP e HCFMUSP na qual estávamos solicitando a regularização do saldo registrado em contas a receber, ficou acordado que o valor pendente seria compensado por meio de desconto no contrato de gestão, resultando no referido reconhecimento de perda.

	2025	2024
<b>6. Estoques:</b>		
Medicamentos, insumos hospitalares e outros	37.086	36.797
Adiantamentos e importações em andamento	53	132
<b>Total</b>	<b>37.139</b>	<b>36.929</b>

**7. Imobilizado:** Corresponde ao ativo imobilizado adquirido pela FFM por força do contrato de gestão nº 01/2022 e instrumentos anteriores:

	2025		2024	
	Deprec. acumu- lada	Valor líquido	Deprec. acumu- lada	Valor líquido
<b>Imobilizado</b>	<b>Custo</b>	<b>Valor</b>	<b>Custo</b>	<b>Valor</b>
Instalações, máquinas e equipamentos	61.558 (30.335)	31.223 47.564 (25.088)	22.476	
Instrumentais				
clínico-cirúrgicos	953 (953)	- 953 (953)	-	
Móveis e utensílios	6.604 (3.422)	3.182 6.110 (2.803)	3.307	
Computadores e correlatos	14.087 (10.297)	3.790 12.742 (9.281)	3.461	
Imobilizações em andamento	1.344	1.344 175	-	175
<b>Total</b>	<b>84.546 (45.007)</b>	<b>39.539 67.544 (38.125)</b>	<b>29.419</b>	

	Líquido em 31/12/24		Líquido em 31/12/25	
	em Adi- cões	Bai- xas	Depre- ciações	Transfe- rências
Instalações, máquinas e equipamentos	22.476	6.355 (524)	(5.299)	8.214
Edificações, obras complementares	-	-	-	-
Instrumentais clínicos cirúrgicos	-	-	-	-
Móveis e utensílios	3.307	441	(619)	54
Computadores e correlatos	3.461	1.373	(1) (1.050)	7
Imobilizado em andamento	175	9.444	-	(8.275)
<b>Total</b>	<b>29.419</b>	<b>17.613 (525)</b>	<b>(6.968)</b>	<b>39.539</b>

	Líquido em 31/12/23		Depre- Transfe- rências		Líquido em 31/12/24	
	em Adi- cões	Bai- xas	ciações	rências	em	em
Instalações, máquinas e equipamentos	22.175	2.235	(7) (4.812)	2.885	22.476	
Edificações, obras complementares	-	(10.245)	-	10.245	-	
Instrumentais clínicos cirúrgicos	4	-	(4)	-	-	
Móveis e utensílios	2.077	516	(488)	1.202	3.307	
Computadores e correlatos	3.746	937	(1.222)	-	3.461	
Imobilizado em andamento	12.202	2.305	-	(14.332)	175	
<b>Total</b>	<b>40.204</b>	<b>5.993 (10.252)</b>	<b>(6.526)</b>	<b>-</b>	<b>29.419</b>	

**Bens adquiridos diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde:** Integram o acervo patrimonial utilizado pelo ICESP bens adquiridos diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (edifício, equipamentos, mobiliários e outros), que são cedidos ao HCFMUSP para uso pelo Instituto. Tendo em vista que a compra não ocorreu através da FFM, esses bens não são registrados contabilmente no ativo imobilizado do contrato de gestão. **Termos de permissão de uso:** Conforme estabelecido no Contrato de Gestão nº 01/2022, o HCFMUSP deve firmar "termos de permissão de uso" com a FFM para amparar formalmente a cessão dos bens móveis e imóveis empregados pelo Instituto. Esses termos ainda não foram celebrados.

	2025	2024
<b>8. Fornecedores:</b>		
Medicamentos e reagentes	10.963	10.112
Materiais hospitalares em geral	8.016	6.270
Órteses, próteses e materiais especiais	1.359	1.960
Dietas enterais e parenterais	1.261	1.309
Outros	3.903	4.134
<b>Total</b>	<b>25.502</b>	<b>23.785</b>

	2025	2024
<b>9. Serviços de terceiros:</b>		
Manutenção de instalações e equipamentos	3.758	3.113
Limpeza e higienização	3.348	3.199
Saúde (unidades retaguarda, radiologia e outros)	1.992	1.305
Aluguéis	1.982	1.700
Segurança	1.191	1.182
Serviços administrativos	1.007	747
Manutenção de sistemas de informática	917	653
Outros	1.281	913
<b>Total</b>	<b>15.476</b>	<b>12.812</b>

	2025	2024
<b>10. Obrigações sociais e trabalhistas:</b>		
Férias e encargos sociais a pagar	42.076	39.174
Salários a pagar	23.846	21.691
FGTS a pagar	3.779	3.470
INSS a recolher	2.580	2.290
Pensão Alimentícia	68	70
Contribuições sindicais a recolher	24	11
<b>Total</b>	<b>72.373</b>	<b>66.706</b>

**11. Receitas diferidas:** Correspondem aos saldos de verbas recebidas pelo ICESP, mediante pactuação no contrato de gestão nº 01/2022 ou por conta de projetos desenvolvidos pelo Instituto com outras subvenções e doações. A apropriação como receita ocorre em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistências governamentais. Nas verbas para custeio, a apropriação ocorre conforme a efetivação das despesas nas quais esses fundos foram aplicados e, no caso das verbas para investimentos, mediante o tempo de vida útil dos bens adquiridos (apurados por meio da depreciação ou amortização), ou diretamente, quando os recursos são empregados em gastos cuja natureza enseja a alocação direta no resultado. A movimentação nos exercícios de 2025 e 2024 pode ser assim demonstrada:

	Passivo circulante		Passivo não circulante		Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>35.940</b>	<b>9.194</b>	<b>45.134</b>		
Transferências entre circulante/não circulante	2.256	(2.256)	-		
Verbas reconhecidas no exercício	42.847	650	43.497		
(-) Apropriações como receitas	(29.715)	2	(29.713)		
Receitas financeiras de verbas diferidas	2.299	226	2.525		
(-) Devoluções de verbas diferidas	(4.478)	(84)	(4.562)		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>49.149</b>	<b>7.732</b>	<b>56.881</b>		
Transferências entre circulante/não circulante	(1.924)	1.924	-		
Verbas reconhecidas no exercício	19.607	-	19.607		
(-) Apropriações como receitas	(20.899)	(118)	(21.017)		
Receitas financeiras de verbas diferidas	3.796	57	3.853		
(-) Devoluções de verbas diferidas	(3.035)	-	(3.035)		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>46.694</b>	<b>9.595</b>	<b>56.289</b>		

**12. Partes relacionadas:** Referem-se a operações de pagamentos de despesas gerais efetuados através do caixa central da FFM cuja alocação bancária no ICESP, ocorreu no exercício seguinte. O saldo de tais operações em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 3.384 (R\$ 3.812 em 2024). **13. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:** Corresponde ao montante provisionado para os processos em curso, compreendendo as ações cuja possibilidade de perda foi considerada provável pelos assessores jurídicos e Administração da FFM, líquidos de eventuais depósitos judiciais.

	Paga- Adições		Transfe- rências		2025
Ações trabalhistas	1.534	1.519	-	(1.693)	1.360
(-) Dep. garantia juízo/recursais	(1.387)	-	(1.535)	1.693	(1.229)
Outras contingências	2.177	103	-	-	2.280
<b>Total</b>	<b>2.324</b>	<b>1.622 (1.535)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.411</b>

As ações cuja probabilidade de perda foi considerada como possível em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$28.379 (R\$24.524 em 31 de dezembro de 2024). **14. Patrimônio líquido:** O patrimônio líquido do contrato de gestão nº 01/2022 é composto pelo patrimônio acumulado pelo ICESP decorrente das atividades realizadas por meio do contrato atual e anteriores. Em caso de rescisão do contrato ou extinção/desqualificação da FFM, o patrimônio, legados, doações e excedentes financeiros do contrato de gestão serão destinados integralmente ao HCFMUSP, sendo em 2025 o patrimônio acumulado de R\$ 93.615 (R\$ 87.861 em 2024) A variação decorre do resultado de 2025 no montante de R\$ 5.754. **15. Receitas operacionais - contrato de gestão:** Refere-se ao montante devido pelo HCFMUSP à FFM para operacionalização do ICESP, cujos valores e demais condições são estabelecidos no contrato de gestão nº 01/2022 e aditivos. Em 2025, foram reconhecidos R\$ 738.833 referente a 11 meses do contrato de gestão iniciado em 01/02/2025 e encerrado em 31/01/2026, além de R\$ 63.334 do contrato de gestão iniciado no ano de 2024, totalizando o montante de R\$ 802.167. A receita líquida para custeio em 2025 e 2024 pode ser assim demonstrada:

	2025	2024
Valores destinados ao custeio acordados	802.167	794.856
(-) Custos assumidos diretamente pelo HCFMUSP/reversão	-	(27.371)
<b>Receita líquida no exercício</b>	<b>802.167</b>	<b>767.485</b>

Por força do Contrato de Gestão, o Instituto está obrigado a cumprir determinadas metas, havendo penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados, no caso de descumprimento. Além disso, a FFM está sujeita à apresentação de prestações de contas regulares conforme determinações do HCFMUSP e órgãos fiscalizadores. As prestações de contas mensais têm sido apresentadas regularmente ao HCFMUSP, e a prestação de contas do exercício de 2024 será enviada no 1º semestre de 2026. **16. Estudos clínicos:** Correspondem a receitas de serviços decorrentes de estudos e/ou ensaios clínicos realizados pelo ICESP para instituições nacionais e internacionais, predominantemente dos segmentos farmacêutico e de pesquisa, visando desenvolvimento de medicamentos e procedimentos terapêuticos, em 2025 o montante reconhecido de receitas foi de R\$ 30.996 (R\$ 25.667 em 2024). **17. Repasses de medicamentos oncológicos - Ministério da Saúde:** Como estabelecimento de saúde habilitado de alta complexidade em oncologia no SUS, o ICESP recebe, com intervenção da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, medicamentos oncológicos de compra centralizada pelo Ministério da Saúde. Incorporados ao estoque do instituto, a receita correspondente é reconhecida mediante a efetiva utilização dos medicamentos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistências governamentais. Em 2025, o Instituto recebeu medicamentos no valor total de R\$19.597, sendo reconhecida a receita de R\$19.021. Em 2024, esses valores foram respectivamente de R\$ 22.818 e R\$ 22.290. Os saldos

residuais são registrados como subvenções diferidas, conforme critérios apresentados na Nota Explicativa nº 11. **18. Doações e patrocínios:** São doações em espécie e mercadorias (medicamentos, reagentes, órteses e próteses, equipamentos etc.) recebidas pelo ICESP em 2025 e 2024.

	2025	2024
Grupo Itaú	2.538	-
Bayer S/A	1.779	1.011
Hospital das Clínicas (Medicamentos)	1.160	-
BTG Pactual Investment Banking LTDA	1.000	-
Fundação Criança	700	121
Takeda Distribuidora LTDA	623	25
Redecard S/A	182	5.433
Redecard Sociedade de Crédito S.A	73	2.115
Beatriz Tassinari Brandão	-	11.000
Outras	3.514	8.096
(-) Devoluções	-	(4.475)
<b>Total</b>	<b>11.569</b>	<b>23.326</b>
(+) Transferências da receita diferida	3.677	4.338
(-) Transferências para a receita diferida	(4.173)	(14.073)
<b>Total</b>	<b>11.073</b>	<b>13.591</b>

	2025	2024
<b>19. Pessoal:</b>		
Salários e ordenados	(422.338)	(389.186)
Benefícios	(44.462)	(41.732)
FGTS	(32.485)	(30.293)
<b>Total</b>	<b>(499.285)</b>	<b>(461.211)</b>

	2025	2024
<b>20. Materiais para consumo:</b>		
Medicamentos e reagentes	(111.517)	(119.239)
Materiais hospitalares em geral	(48.617)	(42.448)
Órteses, próteses e materiais especiais	(10.512)	(11.311)
Outros	(35.367)	(31.670)
<b>Total</b>	<b>(206.013)</b>	<b>(204.668)</b>

	2025	2024
<b>21. Serviços profissionais:</b>		
Manutenção de instalações e equipamentos	(26.002)	(26.514)
Limpeza e higienização	(23.143)	(20.803)
Saúde (unidades retaguarda, radiologia e outros)	(19.741)	(19.127)
Segurança	(9.357)	(7.745)
Serviços administrativos	(7.204)	(7.669)
Outros	(15.165)	(11.837)
<b>Total</b>	<b>(100.612)</b>	<b>(93.695)</b>

	2025	2024
<b>22. Resultado financeiro líquido:</b>		
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>20.352</b>	<b>14.201</b>
Receitas de investimentos temporários	19.934	14.061
Descontos obtidos	319	113
Correção monetária ativa	60	27
Varição cambial ativa	39	-
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(169)</b>	<b>(2)</b>
Correção monetária passiva, exceto prefixada	(112)	(2)
Varição cambial passiva	(57)	-
<b>Total Geral</b>	<b>20.183</b>	<b>14.199</b>

**23. Repasses ao HCFMUSP:** Referem-se a reembolsos de custos e outras operações pagas pelo ICESP ao HCFMUSP por força de atendimentos médico-hospitalares de pacientes do Instituto, no valor total de R\$19.708 em 2025 (R\$12.161 em

continuação...

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

sobre pagamentos a prestadores de serviços pessoas físicas; (b) Simulação empregando o regime de "Lucro Real", com alíquota de 15% sobre o resultado ajustado de cada exercício; (c) Alíquota de 9% sobre o resultado ajustado do exercício; (d) Considerando que a simulação da apuração do IRPJ ocorreu pelo regime de "Lucro Real", foi empregado regime de incidência "não cumulativo", com alíquota de 7,6% sobre o faturamento; (e) Idem, com alíquota de 1,65% sobre o faturamento; (f) Alíquota de 2% sobre os serviços prestados.

**28. Seguros:** A FFM adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As principais coberturas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são apresentadas a seguir:

	2025	2024
Incêndio, raio, explosão e riscos diversos	746.600	781.017
Responsabilidade civil e profissional	7.656	8.250
<b>Total</b>	<b>754.256</b>	<b>789.267</b>

**29. Outras informações:** As declarações de isenção do imposto de renda, as quais o Instituto (através da FFM) está obrigado a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, bem como a prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais, normativas ou órgãos fiscalizados.

## Diretoria

Dr. **Arnaldo Hossepian Junior** - Diretor PresidenteProf. Dr. **Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho** - Vice-diretor Presidente

As demonstrações contábeis de 2025 foram aprovadas pelo Conselho Curador da Fundação Faculdade de Medicina em reunião realizada em 30 de março de 2026.

Contador: **Emerson Del Vale da Silva/CRC 1SP-237.439/O-9**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**  
Aos Conselheiros e Administradores do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP) - Contrato de Gestão nº 01/2022 - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP) - Contrato de Gestão nº 01/2022. (Instituto ou ICESP), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem finalidade de lucro. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente:** O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes de retificação de erro descritos na nota explicativa 2.8, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 11 de março de 2025. Esses ajustes não foram auditados por nós ou por outro auditor independente. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre as demonstrações contábeis do Instituto referentes ao exercício de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2024 tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem finalidade de lucro e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distor-

ções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Instituto a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2026.



ERNST &amp; YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

Fabio Henrique Rontani Fonseca  
CRC SP-034519/O

**CONTRATO DE GESTÃO Nº 01/2022 - HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - PROCESSO HC Nº 68919/2021**  
**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2025 (11º TERMO ADITIVO DE RERRATIFICAÇÃO)**

INDICADORES QUANTITATIVOS	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE		TOTAL		
	CONTRATADO	REALIZADO	CONTRATADO	REALIZADO	CONTRATADO	REALIZADO	CONTRATADO	REALIZADO	CONTRATADO	REALIZADO	
SAÍDAS HOSPITALARES <sup>1</sup>	4.552	4.437	4.625	4.689	4.669	4.721	4.669	4.827	18.515	18.674	
CIRURGIAS	1.985	1.922	1.935	2.065	2.132	2.130	1.934	1.979	7.986	8.096	
CONSULTAS MÉDICAS <sup>1</sup>	60.261	59.286	58.766	59.450	64.742	61.729	58.764	58.831	242.533	239.296	
CONSULTAS NÃO MÉDICAS <sup>1 e 2</sup>	39.674	44.867	41.951	45.662	43.383	47.991	41.294	44.531	166.302	183.051	
TRATAMENTOS CLÍNICOS EM ONCOLOGIA <sup>1</sup> (MÉDIA MENSAL DE PACIENTES)	5.705	5.463	5.519	5.406	6.056	5.420	5.496	5.354	5.694	5.411	
	<b>Total Ano (Janeiro a Dezembro)</b>										
									<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>Alcance</b>
									18.515	18.674	101%
									7.986	8.096	101%
									242.533	239.296	99%
									166.302	183.051	110%
									5.694	5.411	95%

## METAS

SAÍDAS HOSPITALARES<sup>1</sup>

CIRURGIAS

CONSULTAS MÉDICAS<sup>1</sup>CONSULTAS NÃO MÉDICAS<sup>1 e 2</sup>TRATAMENTOS CLÍNICOS EM ONCOLOGIA<sup>1</sup> (MÉDIA MENSAL DE PACIENTES)

1. CONTEMPLA ICESP, UNIDADE AMBULATORIAL DE OSASCO E UNIDADE DE ATENDIMENTO A ONCOLOGIA PEDIÁTRICA (ITACI). 2. CONSULTAS NÃO MÉDICAS: CONSULTA MULTIPROFISSIONAL ENFERMAGEM, FISIOTERAPIA, FONOAUDILOGIA, NUTRIÇÃO, PSICOLOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL, FARMÁCIA, SERVIÇO SOCIAL E ODONTOLOGIA/BUCOMAXILO.

## INDICADORES QUALITATIVOS

TAXA DE RESPOSTA DE MANIFESTAÇÃO NA OUVIDORIA

TAXA DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES - GERAL (NPS)

ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO

TAXA DE SUSPENSÃO DE CIRURGIA - MOTIVO INSTITUCIONAL

INCIDÊNCIA DE EXTRAVAZAMENTO POR DROGA ANTINEOPLÁSICA (bolsas infundidas)

DENSIDADE DE INFECÇÃO PRIMÁRIA DE CORRENTE SANGUÍNEA RELACIONADOS AO USO CATETERES CENTRAIS (ICSCVC)

	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE
TAXA DE RESPOSTA DE MANIFESTAÇÃO NA OUVIDORIA	95%	93%	93%	92%
TAXA DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES - GERAL (NPS)	94	94	94	94
ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO	99,83%	100,00%	100,00%	99,85%
TAXA DE SUSPENSÃO DE CIRURGIA - MOTIVO INSTITUCIONAL	1,88%	1,27%	1,74%	1,62%
INCIDÊNCIA DE EXTRAVAZAMENTO POR DROGA ANTINEOPLÁSICA (bolsas infundidas)	0,12%	0,07%	0,10%	0,09%
DENSIDADE DE INFECÇÃO PRIMÁRIA DE CORRENTE SANGUÍNEA RELACIONADOS AO USO CATETERES CENTRAIS (ICSCVC)	4,22	5,04	2,81	4,16

## Seu balanço e atos societários no maior canal de transparência do Estado

Melhor custo-benefício entre os jornais de grande circulação

Publique no digital e receba a versão impressa sem custo adicional



Diário Oficial

